

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2015.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 02/2015 - FMS.

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

FORNECEDOR DIRETO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

PARECER DA PROCURADORIA JURÍDICA

O processo epigrafado serve de justificativa para dispensa do procedimento licitatório normal, para a ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

Em se tratando de Consórcios, dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 241, que “*a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os Consórcios Públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos*”.

A Lei Federal nº 11.107/2005 regulamentou o citado artigo dispondo sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, destinados à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de realizar procedimentos de interesse comum desses entes estatais e promovendo a gestão associada a que alude o citado mandamento constitucional. O Município de Videira está compreendido entre os Municípios subscritores que ratificou o protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe através de lei municipal, portanto, legal a formalização do contrato de rateio.

A dispensa de licitação epigrafada guarda conformidade com a legislação específica, atendendo ao dispositivo legal conforme disposto no Art. 24, XXVI e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93, posto que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE trata-se de um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com a finalidade de representar os Municípios do Estado de Santa Catarina.

Assim, salvo melhor juízo, opino pela aprovação da presente Dispensa de Licitação, prosseguindo-se nas subseqüentes providências para a efetivação do objeto pretendido.

Videira SC, 19 de Janeiro de 2015.

RUBENS MÁRCIO PAVARIN

Procurador Geral do Município

OAB/SC nº 18.433

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2015.

MODALIDADE: **DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 02/2015 - FMS.**

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N° 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

FORNECEDOR DIRETO: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE**

ENCAMINHAMENTO

Trata-se de processo de Dispensa de Licitação para a ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N° 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A escolha do Consórcio deu-se por tratar – se de entidade da administração indireta de prestação de serviços públicos de forma associada, com fundamento no art. 24, XXVI e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

O valor mensal a ser repassado foi previamente fixado pela Secretaria de Saúde, que deverá atentar-se aos valores unitários dos serviços fixados pela tabela constante das folhas 5 a 34 do processo.

Encaminhe-se para o Senhor Prefeito Municipal para decisão final.

POLIANA C. HAAS

Diretora do Departamento de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 03/2015.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 02/2015 - FMS.

ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

FORNECEDOR DIRETO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

DESPACHO

Decido pela Dispensa de licitação para a ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE CONTRATADO RELATIVO AO ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA N.º 16/2010 FIRMADO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 24, XXVI e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Encaminhe-se para providências e efetivação do objeto pretendido.

Videira, 19 de Fevereiro de 2014.

WILMAR CARELLI
PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Administrativo nº 13/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VIDEIRA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, e o Município de Videira, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, com sede administrativa na Rua Manoel Roque, 188, CEP 89560-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Wilmar Carelli.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Claúsula Primeira-Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CIS-AMARP, Lei Municipal nº 2.232, de 04 de novembro de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 16/2010.

Claúsula Segunda-O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Claúsula Terceira - Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Videira ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 16/2010.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Claúsula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao CIS-AMARP:

A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CIS-AMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Parágrafo primeiro - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 1.272.000,00 (Um milhão duzentos e setenta e dois mil reais), sendo a média mensal de R\$ 106.000,00

(cento e seis mil reais) podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Parágrafo segundo - O Município repassará ao CIS-AMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2015, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta-As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Prestação de Serviço, correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Videira.

Cláusula sexta-Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:

- I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;
- II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Videira, todas as despesas realizadas com os recursos hora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.
- III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;
- IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima-O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2015.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava-O consorciado inadimplente com o CIS-AMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona-Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima -Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira-Fica eleito o foro da Comarca de Videira S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda-Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Videira, 19 de janeiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
Presidente CIS-AMARP

Wilmar Carelli
Prefeito de Videira

TESTEMUNHAS:

CPF 425.790.239-68

CPF 033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588